

AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE GÊNOVA NA CONSTITUIÇÃO DA MODERNIDADE: O CRÉDITO INTERNACIONAL ENTRE 1407 E 1627

Palavras-Chave: instituições financeiras; crédito internacional; modernidade

Autores:

JOÃO FRANCISCO VILCHEZ CARONE, IE – UNICAMP

Prof. Dr. NELSON MENDES CANTARINO (Orientador), IE – UNICAMP

INTRODUÇÃO:

Gênova consolidou-se, no século XVI, como o mais importante centro fornecedor de crédito para o financiamento das atividades da Coroa espanhola e seus domínios. Este projeto visa caracterizar a formação das instituições financeiras de Gênova na transição entre a Idade Média e a Modernidade. Ao posicionar Gênova como um ponto avançado na circulação de técnicas financeiras e redes comerciais medievais, torna-se possível delinear o surgimento de suas fortes organizações no estabelecimento de um mercado de crédito, atentando para a centralidade da interação entre o arranjo institucional e a dimensão técnica que as finanças assumem na Idade Moderna. A pesquisa propôs-se a estabelecer uma continuidade entre os processos que levaram à formação da *Casa di San Giorgio* e o financiamento da expansão territorial do Império espanhol, dando ênfase às inovações na composição de contratos e administração de rendas e impostos elaboradas pelos banqueiros genoveses.

METODOLOGIA:

A metodologia adotada por este trabalho consistiu em uma revisão bibliográfica da literatura consolidada sobre a economia genovesa no recorte temporal adotado, guiando-se por um esforço de construir ligações entre a investigação de Braudel nos três tomos de sua *Civilização Material* e pesquisas posteriores orientadas pela tradição institucionalista.

Sob uma perspectiva de longa duração, Braudel (1996a, pp. 8) delinea o campo da vida material — da vida não-econômica e autossuficiente, uma estrutura mais profunda — e o campo da vida econômica — do desenvolvimento de relações de troca regulares, uma ruptura com essa estrutura profunda. No interior da vida econômica, é delineada uma separação crucial entre economia e capitalismo. Enquanto a economia se caracteriza pela transparência e regularidade das trocas, o capitalismo é descrito como um jogo restrito, inserido nas interações, expectativas e especulações de agentes que mobilizam seu capital em escalas e distâncias superiores (Braudel, 1996a, pp. 403-405).

Com essa definição de capitalismo, a moeda e os instrumentos de crédito são vistos como técnicas das civilizações, resultantes da complexificação das redes de troca.

Como sintetizado por Sue Crawford e Elinor Ostrom (1995), a gramática institucional reconhece que as instituições são regularidades da ação social, estruturadas por regras, normas e estratégias, com continuidade no tempo e nas comunidades. O foco é dado ao conceito de “*institutions-as-rules*”, em consonância com a abordagem de North (1991), pois esse conjunto de regras cria comportamentos regularizados e uma estrutura de incentivos para os atores econômicos. O arcabouço institucional permite uma reconstrução particular dos processos endógenos de transformação que ocorreram nas instituições formais e nos hábitos durante a formação da Modernidade. Nesse caso, as inovações, instrumentos e contratos introduziram mudanças organizacionais que reduziram custos de transação em diferentes margens — pela ampliação da mobilidade do capital, redução dos custos de informação e dispersão dos riscos [*risk spreading*] (North, 1991, pp. 105). A abordagem metodológica da pesquisa consiste, portanto, no diálogo entre a gramática institucional e a gramática das civilizações na longa duração.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O historiador genovês Robert Sabatino Lopez (1964) enfatiza como a trajetória dessa “nação de mercadores” esteve amplamente associada à expansão de suas relações mercantis. O percurso dessa expansão comercial — iniciada no século XI — fundamentou-se sob o grande desafio dos mares, moldando uma sociedade particularmente aberta ao mundo estrangeiro, que estabeleceu uma série de colônias e feitorias no Mar Mediterrâneo, no Mar Negro e no Levante.

O aspecto central que destacamos nesse conjunto de relações é a particularidade de uma evolução das técnicas financeiras originadas na atividade mercantil medieval e a relevância do pioneirismo genovês na construção das regras comerciais nos acordos de longa distância. Epstein (1994, pp. 54-62) destaca como os atos de comércio, a partir do século XII, envolviam duas formas básicas de contratos de sociedade: a *commenda* — um contrato societário de curta duração entre um investidor e um parceiro mercador —, a *societas* – um contrato similar, mas bilateral, onde o próprio mercador investia parte de seu capital — estipulavam a garantia da partilha dos lucros obtidos. Essas inovações permitiram os mercadores genoveses a ampliar o escopo dos itens que comercializavam e os contratos aceleravam o encontro entre os recursos e a sua alocação mais eficiente ao melhor mercado, de tal forma que ampliava-se os benefícios ao mercador quando realizava-se a transação no mercado mais adequado.

As transformações sociais e consolidação econômica provocadas pelo advento da *commenda* induziram um quadro que privilegiava as instituições baseadas em relações crédito e seguro, que provaram-se mais longevas, a partir dos contratos de empréstimo e letras de câmbio, que, por sua vez, garantiam o pagamento da dívida quando dada a garantia do retorno seguro do prestatário — condição que posicionava o prestamista para assumir o risco, alavancando as iniciativas comerciais. A ampliação do uso destes laços de crédito e dívida ampliaram as redes de informação de iniciativas comerciais

repetidas e rotinizadas, consolidando não apenas redes de mercadores regulares, mas de setores da aristocracia e da classe mercantil especializados no gerenciamento destes contratos (Van Doosselaere, 2009, pp. 129-38 e 140-8).

A construção de redes mercantis traz o importante problema do arranjo institucional genovês e sua capacidade de suportar disputas entre as frações comerciais distintas. Greif (2006, p. 162-75), a partir de uma análise institucional, fundamentada também no comportamento associado aos agentes dessa conjuntura, mostra como, no longo prazo, essa forma de organização política não era auto-reforçadora [*self-reinforced*], mas auto-enfraquecedora [*self-undermining*], promovendo um novo tipo endógeno de competição entre clãs que levariam ao surgimento de *alberghi* — famílias que firmaram-se credores públicos ao financiar as iniciativas militares ao longo do século XIV e organizaram suas transações fundando instituições financeiras como a Casa di San Giorgio, em 1407.

Como indicado por Felloni (2010), a administração de ativos dentro do estabelecimento de limites legais próprios fazia com que a Casa mediasse as finanças públicas ainda que permanecesse ligada a um núcleo concentrado de famílias que reestruturariam a expansão de contratos de crédito para além do território genovês a partir do século XV. De acordo com Taviani (2022, pp. 33-39), os investidores do banco adquiriam as *loca*, financiando partes de um conjunto de dívidas da Comuna que ficavam sob a administração da instituição — as *comperae* — pelas quais receberiam juros, distribuídos na forma de *pagae*. A negociação desses títulos em mercados secundários consolidou amplamente a especialização financeira da classe mercantil genovesa (Miner, 2020, p. 78-79). O banco também se envolveu fortemente com os domínios territoriais de Gênova, a partir de concessões da Comuna na coleta de determinados impostos (*gabelle*) e da instituição de *maone* — associações de mercadores genoveses que financiavam a dominação de territórios e feitorias — definindo um sistema de administração colonial próprio (Taviani, 2022, pp. 75-76).

Gênova possui um papel econômico destacado no que se pode entender como a atividade colonial pré-colombiana, isto é, que difere do tipo de dominação territorial da Antiguidade, mas antecede o sistema colonial do *Ancien Régime*. Como destaca Fernández-Armesto (1987, pp. 99-101), Gênova não tinha uma diretriz de controle político centralizado sobre domínios territoriais, feitorias ou entrepostos comerciais, submetendo-os à administração de déspotas, famílias expulsas pelas disputas inter-clãs ou senhores estrangeiros. Suas três principais colônias soberanas, auto-governáveis, foram Pera, nas proximidades de Constantinopla; Caffa (atual Teodósia) na região da Crimeia; e Chios, ilha grega próxima do acesso ao Mar Negro — seus domínios tiveram início na segunda metade do século XIII e início do século XIV. No caso dos domínios em Chios, havia uma estrutura de postos que eram cedidos ao Estado e outros cedidos a uma companhia privada, a *maona* de Chios, podendo ser transferidos de forma privada para mercadores, que, por sua vez, envolviam-se no comércio de tecidos, tintas, especiarias e a almácega (Fernández-Armesto, 1987, pp. 102-105). Já em Caffa, o estabelecimento de feitorias significava tomar parte no comércio ligado a parte final da Rota da Seda e do centro do Mar Negro, com mercados de grãos, madeira, cera e o maior mercado medieval de escravos (Slater, 2006 pp. 271-2). A força desse modelo era sua flexibilidade, uma vez que a legislação liguriana a que estava

submetido acomodava a presença das instalações comerciais do Mediterrâneo Ocidental ainda abarcando a presença de grandes grupos de outras culturas, como gregos, judeus e armênios — um verdadeiro impulso cosmopolita que ampliava os pontos de troca e trânsito nas feitorias.

Os genoveses foram agentes transnacionais de conexão do Mediterrâneo Ocidental ao Levante e ao Mar Negro, mas — com a reincorporação de Caffa ao Império Otomano em 1475 (Slater, 2006, pp. 277) e a queda subsequente de Chios e Pera no século XVI — esse ciclo colonial se esgotaria e a atividade comercial genovesa se voltaria para os poderes árabes do Norte da África, em especial na Tunísia, e para as regiões de Castilha e Andaluzia, na Espanha (Dauverd, 2013, pp. 28-9). A virada genovesa ao Atlântico e ao Mediterrâneo Ocidental ao longo do século XIV e XV, portanto, seguiu o modelo de uma tradição multiforme e com poucas diretrizes de governo: centrada nos empreendimentos das famílias de mercadores, que acentuava seu grau de concentração de mercado sobre uma gama extremamente diversificada de setores — tornando-as mais resistentes às flutuações de preços específicos. Os imigrantes mercantis genoveses infiltraram e converteram as aristocracias dos reinos espanhóis à abertura comercial. Estabelecidas as feitorias, a tendência de mercadores residentes se tornarem cidadãos (*vecinos*) era maior do que a de serem apenas transeuntes (*estantes*), estabelecendo uma permanência e imobilidade na estrutura social dos reinos que os ligou diretamente, para além das cruciais relações financeiras, na construção do imperialismo colonial espanhol (Fernández-Armesto, 1987, pp. 113).

Há, portanto, nesse percurso uma ligação particular nos contratos negociados entre os banqueiros genoveses e a Monarquia espanhola que dá luz à formação dos Estados modernos e seu poderio econômico nesse período. É esse o período, entre as metades dos séculos XVI e XVII, que Braudel (1996b, pp. 140) associou ao “século dos genoveses”, posicionando Gênova no centro dos fluxos de crédito internacional e acordos dos pagamentos europeus — em que a classe de mercadores-banqueiros performou uma “dominação tão discreta, tão sofisticada, que durante muito tempo escapou à observação”. A ligação do capital genovês ao Império espanhol passa pela análise dos *asientos*, contratos de empréstimos de curto prazo com banqueiros privados iniciados pelo Rei Carlos V. Seguindo Drelichman e Voth (2014, pp. 94-7), a partir do final de seu reinado, os genoveses já eram os maiores financiadores externos das atividades da Coroa, passando a introduzir uma rede de renegociação de parcelas dos *asientos* para investidores menores em feiras, fazendo com que as dívidas espanholas se tornassem um problema multinacional. Mesmo nas quatro vezes em que seu sucessor, Filipe II, interrompeu o pagamento da dívida, pôde, nos anos seguintes, continuar contratando crédito da “coalizão de emprestadores” [*lenders coalition*] genoveses, fortalecendo as afiliações sociais particulares dessa rede — uma vez que as renegociações mantiveram o retorno médio dos *asientos* 4,43% acima da taxa de pagamento dos juros, o título perpétuo de baixo risco emitido para o financiamento da dívida da Coroa (Drelichman; Voth, 2014, pp. 169-182). Assim, contraria-se uma especulação de irracionalidade dos emprestadores genoveses, uma vez que, instrumentalizando suas finanças à Coroa, alinhavam-se a um pagador com novas capacidades de ampliação das dívidas no longo prazo, obtendo retornos satisfatórios no processo de formação do Estado Moderno.

CONCLUSÕES:

Verificou-se como, no seio da ampliação das redes mercantis de longa distância, a relevância da constituição do mercado de crédito é fundamental para a caracterização das formas sociais do capitalismo na Modernidade. O papel dos banqueiros-mercadores genoveses e a sua construção de redes de afiliação nessa evolução é central na medida em que foram atores que definiram o arranjo institucional e os instrumentos técnicos para que a circulação de bens e de capital assumisse uma escala internacional. Ademais, o alinhamento econômico eficiente e multiforme dos genoveses possibilitou-os inovar em novos modelos de administração colonial e financiamento de dívidas soberanas nacionais que definiriam profundamente os rumos da atividade política da Idade Moderna.

BIBLIOGRAFIA:

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: v. 2. Os jogos das trocas.** São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: v. 3. O tempo do mundo.** São Paulo: Martins Fontes, 1996b.

DRELICHMAN, Mauricio; VOTH, Hans-Joachim. **Lending to the Borrower from Hell: Debt, Taxes, and Default in the Age of Philip II: Debt, Taxes, and Default in the Age of Philip II.** Princeton University Press, 2014.

DAUVERD, Céline. **Imperial ambition in the early modern Mediterranean: Genoese merchants and the Spanish crown.** Cambridge University Press, 2014.

EPSTEIN, Steven A. **Genoa and the Genoese, 958-1528.** University of North Carolina Press, 1996.

FELLONI, Giuseppe. A Profile of Genoa's "Casa di San Giorgio"(1407-1805): A Turning Point in the History of Credit. **Rivista di storia economica**, v. 26, n. 3, p. 335-346, 2010.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. **Before Columbus: Exploration and colonization from the Mediterranean to the Atlantic, 1229-1492.** University of Pennsylvania Press, 1987.

GREIF, Avner. **Institutions and the path to the modern economy: Lessons from medieval trade.** Cambridge University Press, 2006.

MINER, Jeffrey. Profit and Patrimony: Property, Markets, and Public Debt in Late Medieval Genoa. **Business History Review**, v. 94, n. 1, p. 73-94, 2020.

SLATER, Eric. Caffa: Early Western Expansion in the Late Medieval World, 1261-1475. **Review (Fernand Braudel Center)**, p. 271-283, 2006.

TAVIANI, Carlo. **The Making of the Modern Corporation: The Casa Di San Giorgio and Its Legacy (1446-1720).** Routledge, 2022.

VAN DOOSSELAERE, Quentin. **Commercial agreements and social dynamics in medieval Genoa.** Cambridge University Press, 2009.

NORTH, Douglass C. Institutions. **Journal of economic perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991